





POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS PAA E PNAE BASEADA NOS ATORES SOCIAIS PARTICIPANTES

PUBLIC POLICIES FOR FAMILY FARMING: AN ANALYSIS OF THE IMPLEMENTATION OF THE PAA AND PNAE PROGRAMS BASED ON PARTICIPATING SOCIAL ACTORS

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LA AGRICULTURA FAMILIAR: UN ANÁLISIS DE LA IMPLEMENTACIÓN DE LOS PROGRAMAS PAA Y PNAE A PARTIR DE LOS ACTORES SOCIALES PARTICIPANTES

Adelar Nunes Saucedo¹ 
Mygre Lopes da Silva² 
Rodrigo Abbade da Silva³ 
Mauro Barcellos Sopena⁴ 

Submissão: 30/08/2023 / Aceito: 07/03/2023 / Publicado: 08/04/2023.

RESUMO

Esta pesquisa busca analisar a participação dos agricultores familiares e dos gestores públicos nos programas Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Santana do Livramento (RS), pois a Agricultura Familiar representa 58,95% dos estabelecimentos agropecuários. Especificamente, a pesquisa aponta as principais dificuldades para acessar e fomentar o PAA e o PNAE, reconhece as oportunidades geradas e verifica o impacto da participação nos programas à realidade dos agricultores familiares. Quanto à metodologia, o estudo possui caráter exploratório e descritivo, valendo-se de pesquisas bibliográficas, entrevistas com participantes escolhidas por meio da técnica de amostragem nomeada bola de neve e observação sistemática, a partir de uma abordagem qualitativa utilizando o estudo de caso. Os resultados sugerem que o excesso de burocracia prolonga o período entre aquisição e pagamento dos produtos, e isso faz com que muitos alimentos com alta perecibilidade sejam perdidos, o que reduz o ganho por parte da agricultura familiar. Além disso, o Custo Brasil afeta a logística, aumentando o custo de produção, armazenamento e distribuição e, por fim, o lucro dos agricultores familiares. Melhores resultados financeiros podem ser alcançados por aqueles que fazem parte de algum tipo de organização, como associativismo e cooperativismo.

Palavras-chave: Agricultura familiar. PAA. PNAE. Santana do Livramento.

¹Bacharel em Administração pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Servidor público do Ministério da Defesa. E-mail: adelar.saucedo@defesa.gov.br.

²Doutora em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professora do curso de Administração e do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). E-mail: mygresilva@unipampa.edu.br.

³Doutor em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor do curso de Agronegócios e Enologia da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). E-mail: rodrigoabbade@unipampa.edu.br.

⁴Doutor em Extensão Rural e Desenvolvimento pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professor do curso de Administração e de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). E-mail: maurosopena@unipampa.edu.br.



ABSTRACT

This research aims to analyze the participation of family farmers and public managers in the Food Acquisition Program (PAA) and National School Feeding Program (PNAE) programs in Santana do Livramento (RS), as Family Farming represents 58.95 % of agricultural establishments. Specifically, the research points out the main difficulties in accessing and promoting the PAA and PNAE and recognizes the opportunities generated and verifies the impact of participation in the programs on the reality of family farmers. As for the methodology, the study has an exploratory and descriptive character, making use of bibliographical research, interviews with participants chosen through the sampling technique named snowball and systematic observation, from a qualitative approach using the case study. suggest that excessive bureaucracy prolongs the period between purchase and payment for products, which means that many highly perishable foods are lost, which reduces earnings on the part of family farming. In addition, the Brazilian cost affects logistics, increasing the cost of production, storage and distribution and, ultimately, the profit of family farmers. Better financial results can be achieved by those who are part of some type of organization, such as associativism and cooperativism.

Keywords: Family farming. PAA. PNAE. Santana do Livramento.

RESUMEN

Esta investigación busca analizar la participación de agricultores familiares y gestores públicos en los programas Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) y Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE) en Santana do Livramento (RS), ya que la Agricultura Familiar representa el 58,95 % de los establecimientos agrícolas. Específicamente, la investigación señala las principales dificultades para acceder y promover el PAA y el PNAE y reconoce las oportunidades generadas y verifica el impacto de la participación en los programas en la realidad de los agricultores familiares. En cuanto a la metodología, el estudio tiene un carácter exploratorio y descriptivo, haciendo uso de la investigación bibliográfica, entrevistas a los participantes elegidos a través de la técnica de muestreo denominada bola de nieve y la observación sistemática, desde un enfoque cualitativo utilizando el estudio de caso, sugieren que el exceso de burocracia prolonga el período. entre la compra y el pago de los productos, lo que significa que se pierden muchos alimentos altamente perecederos, lo que reduce las ganancias de la agricultura familiar. Además, el costo brasileño afecta la logística, aumentando el costo de producción, almacenamiento y distribución y, en última instancia, la ganancia de los agricultores familiares. Mejores resultados financieros pueden ser alcanzados por quienes forman parte de algún tipo de organización, como el asociativismo y el cooperativismo.

Palabras chave: Agricultura familiar. PAA. PNAE. Santana do Livramento.

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1990, a agricultura familiar passou a ser debatida na academia como agricultura de subsistência, de baixa renda ou camponesa. Contudo, o que a caracteriza é a gestão da propriedade compartilhada pela família, a atividade agropecuária como principal fonte de



renda, a relação particular com a terra, além do seu local de trabalho e moradia (LIMA; DE ASSIS SILVA; DE FREITAS IWATA, 2019).

Desse modo, o Brasil registrou avanços consideráveis em relação à definição e compreensão das características e do significado do grupo social denominado agricultura familiar, especialmente no que concerne ao reconhecimento da sua diversidade econômica e heterogeneidade social, com ênfase na produção associativa, colaborativa e cooperativa (SCHNEIDER; CASSOL, 2014; DIAS; DE OLIVEIRA, 2019).

Segundo Elias et al. (2019), questões de segurança alimentar/nutricional, geração de renda e preservação de alimentos tradicionais são parte dos elementos que identificam a importância da agricultura familiar. Para os referidos autores, políticas de incentivo garantem mercados e validam o potencial presente nos agricultores familiares em termos de transformação da realidade rural.

Desta forma, a organização dos agricultores e mercados é uma condição essencial. O reconhecimento da agricultura familiar ganhou solidez com o lançamento do “Ano Internacional da Agricultura Familiar”. Com a consolidação do processo de transição democrática, os atores da sociedade civil passaram a ocupar um espaço com maior legitimidade e reconhecimento.

Neste contexto, surgiu o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), com o intuito de ser a principal política de apoio econômico e produtivo destinado à agricultura familiar. A partir dele, outras políticas públicas são derivadas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que foi reestruturado para possibilitar a compra de alimentos dos agricultores familiares (GAZOLA; SCHNEIDER, 2013, ELIAS et al., 2019).

Em 28 de junho de 1996, foi criado, através do Decreto-lei nº 1.946, o PRONAF, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda (LIMA; DE ASSIS SILVA; DE FREITAS IWATA, 2019).

Para promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar, foi criado o PAA, através do art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, sendo regulamentado pelo Decreto nº 7.775 de 04 de julho de 2012. São finalidades do PAA: o incentivo à agricultura familiar, o consumo dos alimentos produzidos pela agricultura familiar, a promoção do abastecimento por meio de compras institucionais, a constituição de estoque público de alimentos produzidos pela agricultura familiar, o fortalecimento de circuitos locais e regionais, a promoção da valorização da biodiversidade e a produção orgânica, e o estímulo ao cooperativismo e o associativismo.



Na mesma linha de incentivo à agricultura familiar, no ano de 2009, o PNAE foi reestruturado. A principal alteração do programa se deu a partir da criação da Lei nº 11.947/2009. Esta define que, do total dos recursos repassados pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento (FNDE) destinado à merenda escolar, no mínimo 30% deverá ser utilizado para adquirir alimentos produzidos pela agricultura familiar (TROIAN; BREINTENBACH, 2020).

O PAA e o PNAE são programas de garantia à segurança alimentar e nutricional com o objetivo de assegurar que os alimentos produzidos cheguem ao mercado consumidor através dos restaurantes populares, escolas, organizações militares, entre outros, através da dispensa de licitação (QUIJADA; CAVICHIOLI; SOARES, 2020). Porém, apesar das melhorias na distribuição de renda e outros avanços verificados no limiar do século XXI, nota-se uma desigualdade produtiva no interior do segmento, em que predomina um contingente de produtores pobres ou extremamente pobres (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2018).

Nesta perspectiva, aspectos operacionais de políticas voltadas ao setor podem também serem entendidos com base na existência e condução de políticas territoriais que possibilitem maior articulação entre atores, como proposto por Fornazier e Belik (2019). Em outros termos, conforme apontam Matte et al. (2022), o meio rural brasileiro absorve e enfrenta desafios diversos, tais como crises globais, mudanças climáticas, problemas ambientais e conflitos agrários. Para os autores, estudos sobre agricultura familiar e desenvolvimento rural são, portanto, atuais e importantes; a diversidade e heterogeneidade do rural brasileiro implica diferentes desafios ao pesquisador.

Desta forma, compreender as implicações das políticas governamentais para o setor através dos atores sociais envolvidos torna-se uma importante ferramenta para conhecer o produto gerado nas ações locais (DA CUNHA; DE FREITAS; SALGADO, 2019). No Rio Grande do Sul, a agricultura familiar é responsável por ocupar 85,75% dos estabelecimentos agropecuários. Comparado a outras regiões do estado, possui menor diversidade produtiva, interação social reduzida e convívio em assentamentos (FERREIRA et al., 2016).

Buscando fomentar a produção com sustentabilidade e geração de renda, foram criadas políticas públicas, e a alteração legal realizada em 2009 incluiu a agricultura familiar como ofertante de alimentos aos estados, distrito federal e aos municípios, porém muitos destes não conseguem cumprir o previsto em lei, entre eles Santana do Livramento. Neste município, em 2017, houve a utilização de apenas 19,49% dos recursos repassados pela União para compra direta da agricultura familiar (TROIAN; BREITENBACH, 2020).



O ambiente escolhido para análise foi o município de Santana do Livramento-RS, onde 58,95% dos estabelecimentos agropecuários são classificados como Agricultura Familiar, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, 2017, fator relevante que justifica a escolha do local de realização do presente estudo.

Neste contexto, buscou-se responder à seguinte questão: Como ocorre a participação dos agricultores familiares e quais ações desenvolvem os gestores públicos para fomentar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Santana do Livramento?

Como objetivo geral, buscou-se analisar a participação dos agricultores familiares e dos gestores públicos no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Santana do Livramento. Especificamente, a pesquisa busca apontar as principais dificuldades dos agricultores familiares e dos gestores públicos para acessar e fomentar o PNAE e o PAA e reconhecer as oportunidades geradas pelos programas.

Neste sentido, nos últimos cinco anos, algumas pesquisas se dedicaram a analisar como se relacionam a agricultura familiar e o mercado institucional que compra os seus alimentos: Miranda, Gomes, (2016) - Vale do Ribeira, Paraná - Dias, de Oliveira, (2019) – Rio Grande do Norte - Fornazier; Belik (2019) São Paulo e Espírito Santo - Da Cunha, de Freitas, Salgado, (2019) - Espera Feliz, em Minas Gerais - Elias et al. (2019), em Santa Catarina. No Rio Grande do Sul, dedicaram seus estudos à agricultura familiar e aos programas que buscam desenvolvê-la os seguintes: Cupsinski et al. (2015), Troian, Breitenbach (2018), Ferron et al. (2019), Carvalho, Becker, Neske (2019) e Troian et al. (2020).

Desse modo, constata-se a escassez de pesquisas que possam identificar as principais dificuldades e oportunidades da participação dos agricultores familiares nos programas PAA e PNAE, no município de Santana do Livramento. Além disso, a pesquisa fundamenta-se na necessidade de promover esclarecimentos, indicar particularidades e especificidades, fomentar políticas públicas para fortalecer a agricultura familiar por meio dos programas do governo federal, PAA e PNAE, no município em análise.

Este artigo está estruturado em mais três seções, além desta introdução. Na segunda seção, são detalhados os principais procedimentos metodológicos, além das técnicas de coleta e análise de dados. Na terceira seção, ocorre a análise e discussão dos resultados. Na quarta seção, são apresentadas as considerações finais.



PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo possui caráter exploratório e descritivo. A pesquisa exploratória é realizada especialmente quando o tema é pouco investigado, constituindo-se a primeira etapa de uma investigação mais ampla. Explorar um fenômeno social significa considerar as variáveis envolvidas, as características de determinada população, fenômenos ou experiência, buscando a interpretação (SEVERINO, 2016).

As pesquisas descritivas caracterizam-se pela busca do conhecimento, entendimento, interpretação e descrição das características dos fenômenos ou população, com o objetivo de proporcionar visão geral aproximada sobre o fato, principalmente quando este é pouco explorado (GIL, 2008). Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como questionário e observação sistemática (LIRA, 2014; KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010).

Este estudo foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, significa que sua base é a percepção e a compreensão humana. O pesquisador permanece receptivo para reconhecer fatos inesperados, e as descobertas relatadas são geradas por interações do pesquisador e os sujeitos (STAKE; 2016).

O método de pesquisa empregado foi o estudo de caso. Este deve ser priorizado no estudo de eventos contemporâneos, em situações onde os comportamentos relevantes não podem ser manipulados. A investigação confronta uma situação tecnicamente clara em que haverá bem mais variáveis de interesse do que pontos de dados. Desse modo, o resultado baseia-se em várias fontes de evidências com os dados convergindo em formato de triângulo, utilizando-se do desenvolvimento prévio de questões teóricas para a coleta e a análise de dados (YIN, 2015).

Os dados foram coletados através de entrevistas semiestruturadas com o auxílio de aplicativos de mensagem instantânea, chamadas telefônicas e e-mail, bem como através da observação não participante. Os entrevistados foram selecionados por meio da técnica de amostra não probabilística intitulada amostra por bola de neve, em que um entrevistado sugere outro indivíduo da sua rede de conexões para ser entrevistado, isso sucessivamente aumentando o tamanho da amostra e a rede de entrevistados (HANDCOCK; GILE, 2011). Essas técnicas, quando feitas juntas, revelam significados individuais para cada situação, o que não é possível quando quantificado em questionários idênticos (VERGARA, 2014).

Os roteiros utilizados nas entrevistas tiveram o seu formato embasado nos estudos de Gil (2008), aliando questões fechadas e abertas, sendo dada ao entrevistado a possibilidade de falar



naturalmente sobre o tema, sem prevalecer a rigidez do questionário estruturado (MINAYO; GOMES; DESLANDES, 2009).

Ao total foram realizadas 9 entrevistas, as quais tiveram duração média de 1 hora e trinta minutos. As entrevistas foram aplicadas aos agricultores familiares e gestores públicos, os quais pertencem às instituições: Prefeitura Municipal de Santana do Livramento (RS), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS-Ascar), 7º Regimento de Cavalaria Mecanizado, 19ª Coordenadoria Regional de Educação e Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Ltda (COOPERFORT). Para cada grupo de entrevistados, foram utilizados roteiros distintos para as entrevistas, as quais foram gravadas e posteriormente transcritas.

A observação foi feita através da análise documental das chamadas públicas⁵ divulgadas no ano de 2020 pela prefeitura municipal de Santana do Livramento, 7º Regimento de Cavalaria Mecanizado e 19ª Coordenadoria Regional de Educação. O registro ocorreu a partir do diário de campo, com a descrição dos principais fatos observados.

A análise dos dados foi feita por meio da análise de conteúdo, que é compreendida como um conjunto de técnicas para a análise de informações sobre o comportamento humano. Possui duas funções: comprovação de hipóteses e/ou questionamentos do que está intrínseco no objeto de estudo (MINAYO; GOMES; DESLANDES, 2009).

Para uma análise precisa, torna-se fundamental a categorização das diferentes fases de análise do conteúdo, que foram organizadas de modo cronológico em três etapas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados (BARDIN, 2010).

A pré-análise corresponde a um período de intuições, tem o objetivo de tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais. Nesta fase, são escolhidos os documentos que serão analisados, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração dos indicadores para fundamentar a interpretação final (BARDIN, 2010).

A exploração do material é a aplicação sistemática das decisões, consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração em função de regras prévias. Após a apresentação dos procedimentos metodológicos empregados, na próxima seção, serão discutidos os principais resultados encontrados.

⁵O inciso XII do art. 2º da Lei 13.019, de 31 de julho de 2014 estabelece que o chamamento público é o procedimento destinado a selecionar organização da sociedade civil para firmar parceria por meio de termo de colaboração ou de fomento, com a observância dos princípios que regem a administração pública.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Principais atores do PAA e PNAE em Santana do Livramento (RS)

As organizações atuantes no fomento da agricultura familiar em Santana do Livramento, conforme relato dos entrevistados e análise documental das chamadas públicas, restringem-se à Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Ltda (COOPERFORTE) e à Associação dos Agricultores Familiares de Santana do Livramento.

Em termos de quantitativo, os agricultores produtores do município, segundo o entrevistado 4, somente de associados passam de 500. “A COOPERFORT possui hoje em torno de 500 produtores, entre produtores de leite e produtores do PAA, certo? Sócios são 1200 associados, está bem?” (ENTREVISTADO 4). Os agricultores familiares atuam principalmente em conjunto com a cooperativa e a associação do município.

Além disso, o estudo constatou que existem inúmeros atores envolvidos nas diversas etapas até que o alimento chegue ao consumidor. Entre eles, destacam-se os seguintes: duas unidades militares do exército, com aproximadamente mil militares, a 19ª Coordenadoria Regional de Educação, com sede em Santana do Livramento, que tem sob sua responsabilidade 56 estabelecimentos educacionais, sendo 25 em Santana do Livramento, 12 em São Gabriel, 1 em Margarida do Sul, 10 em Rosário do Sul e 8 em Quaraí e ainda a rede municipal que atende em média 5.300 alunos em mais de 50 escolas. A próxima seção detalha as principais dificuldades para o acesso e fomento dos programas em análise.

Principais dificuldades dos agricultores familiares e dos gestores públicos para acessar e fomentar o PAA e o PNAE em Santana do Livramento (RS)

A pesquisa evidenciou que as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares estão presentes em todas as etapas da produção até a execução financeira e são inerentes a terra, trabalho, capital, tecnologia e logística. A Entrevistada 1 declarou que sua família precisou diversificar as atividades de trabalho e parte dela foi obrigada a deixar o campo em busca de melhores condições de vida. Referente às dificuldades em participar dos programas PAA e PNAE, relatou o seguinte:

[...] existem as dificuldades, todo esse trâmite de conseguir encaminhar projeto e tudo mais, mesmo tendo toda a assistência da Emater...no PAA, dentro do Quartel, também tem a questão do critério adotado para as aquisições né [...] o menor preço, que acaba inviabilizando entregar semanalmente os produtos, estamos a 50 km da agroindústria e não temos veículo próprio isso dificulta muito, principalmente pelo preço do combustível

[...] agente ainda não conseguiu financiar um veículo adequado...graças a Deus eu tenho um carro, depois de anos de luta [...] vamos nos virando conforme dá [...] agora quando a gente estava fazendo a entrega das estaduais, do município, que eles deixaram tudo para a última hora[...]eu trabalhava durante o dia na loja, durante a manhã eu fazia as entregas e durante a noite na produção dentro da agroindústria, isso foi de outubro a dezembro, foi muito difícil, muito puxado [...] a própria escola as vezes não tinha estrutura para receber os alimentos, acabava armazenando mal, quebrando os biscoitos e chegando sem as melhores condições para o consumidor (ENTREVISTADO 1).

Em relação ao critério adotado para a seleção do agricultor familiar, associação ou cooperativa a ser contratada para fornecer os alimentos à administração pública, referente ao PAA, o entrevistado 7 relatou o seguinte:

A administração é cautelosa na seleção do vencedor, dado que a administração tem que pautar sua conduta nos princípios da economicidade e eficiência e ao mesmo tempo tem que promover o desenvolvimento nacional sustentável, diante disso não vejo outra forma de seleção que não seja pelo valor, observando todas as variantes (ENTREVISTADO 7).

Já o entrevistado 2 relatou que começou a se dedicar à agricultura há 13 anos, quando perdeu o emprego e encontrou na apicultura uma alternativa viável de sustento. Quanto às dificuldades para acessar os programas, ele destaca que a burocracia é o principal entrave, já tendo ocorrido a efetivação das aquisições apenas na última semana do ano.

[...] em relação a venda para instituições públicas o grande problema é a negociação, a entrega, o meu produto (mel) não tem problema...mas os produtos perecíveis, alface, melancia, coisa assim...que tem época né, a planta não espera[...]eles começam a negociar[...]teve um ano que a gente começou negociar no começo do ano e eles acabaram comprando na última semana, então os produtores perderam muita coisa, muita verdura, muito produto...é muita burocracia, muito complicado...eles ainda não conseguiram se organizar (ENTREVISTADO 2).

Em relação ao PAA, Troian et al. (2020) destacam que o programa foi inserido no marco do programa Fome Zero, com o governo federal assegurando a compra dos produtos dos beneficiários produtores e destinando aos beneficiários consumidores.

A presidente da associação dos agricultores familiares da Santana do Livramento não vê com entusiasmo a situação dos agricultores familiares do município. De acordo com o entrevistado 1, os problemas são os seguintes:

A percepção quanto aos demais agricultores é péssima [...] dentro do município tem muito a crescer, muito a desenvolver...dentro da Secretaria da Agricultura vinha muito abandonada a situação. O pessoal não focava nos projetos, agora mudou o governo vamos ver como é que vai. Dentro do PNAE padecemos muito para vender, as chamadas públicas levam 10 meses para eles conseguirem fazer, só conseguem concretizar depois de setembro, outubro, agora eles conseguem prorrogar para o ano seguinte, mas antes tínhamos só dois meses para entregar e ainda em relação aos recursos, a cobrar né,



emitimos notas em novembro e só conseguimos receber em fevereiro, com muita briga, com muito plantão dentro da secretaria da educação municipal para poder cobrar os produtos que a gente tinha entregue (ENTREVISTADO 1).

O entrevistado 4 ressaltou a dificuldade de concorrência com empresas acostumadas a negociar com entes públicos e destacou que as maiores adversidades estão na logística de escoamento da produção, pois as estradas não oferecem as condições adequadas, elevam os custos, tornando os preços dos produtos menos competitivos.

[...] a princípio os órgãos públicos só compram através de licitações ou/pregão eletrônico o que nos dificulta na venda porque o preço é muito baixo, e empresas de grande porte já estão acostumadas nas vendas e oferecem preços irrisórios sem as mínimas condições de competitividade. E nossa principal dificuldade é referente as condições das estradas do interior, pois é através das delas que temos que escoar nossos produtos, as estradas em péssimas condições de trafegabilidade acabam por onerar o preço dos nossos produtos dificultando as vendas (ENTREVISTADO 4).

O entrevistado 4 destacou também que possui acesso facilitado ao crédito, uma vez que mantém a documentação organizada e trata com cautela o assunto.

Quanto a cooperativa a direção é muito criteriosa em manter sempre toda a documentação em dia por isso o acesso aos créditos é facilitado, porém somos muito cautelosos para manter a viabilidade econômica da cooperativa, mas quanto aos produtores individuais não é da mesma forma pois tem muitos produtores que se encontram com problemas para acessar créditos devido a inadimplência e exigências burocráticas (ENTREVISTADO 4).

Por outro lado, a realidade de acesso ao crédito por parte do agricultor familiar mostrou-se oposta ao contexto conquistado pela cooperativa. Como principal entrave, o entrevistado 3 também cita a burocracia, as exigências de fiador ou de garantias ao banco como fatores que dificultam qualquer investimento.

[...] olha o acesso ao crédito é muito difícil, uma vez me disseram que eu tinha direito a pegar um dinheiro no banco, ai eu fui lá pra ver né, mas é muita burocracia, me pediram fiador e isso eu não tenho, o único seria o meu tio, mas ele está inadimplente, se eu tivesse 10 vacas eu poderia conseguir também, seria a garantia do empréstimo (ENTREVISTADO 3).

Conforme a fala dos entrevistados, existe um hiato entre a realidade do agricultor familiar individual e as organizações. Para os agricultores, a burocracia tem sido entrave, já para a cooperativa, o discurso é de acesso facilitado ao crédito. Desde a sua criação, o PRONAF vem se consolidando como principal programa de crédito de apoio à agricultura familiar do país. Percebe-se que, a cada ano, há aumento tanto do número de beneficiários quanto do montante de recursos

financeiros disponibilizados para o Programa (DE SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO, 2015).

A cooperativa enfatizou ainda sua preocupação com a sustentabilidade da agricultura familiar e o êxodo rural, uma vez que, em sua grande maioria, a agricultura familiar é composta de pessoas de idade avançada, e os jovens tendem a buscar oportunidades em outros municípios.

[...] em sua grande maioria a agricultura familiar é formada de agricultores de idade avançada sem perspectiva de crescimento ou de sucessão por parte de familiares mais jovens considerando que os preços de comercialização são baixos e a perspectiva de crescimento dos jovens também não ajuda, sendo que temos muita falta de oportunidade para nossos jovens fixar-se no campo e acabam saindo para outras cidades a procura de melhores oportunidade mesmo após se formarem em alguma área específica (ENTREVISTADO 4).

Segundo dados do IBGE, o Censo Agropecuário de 2017 concluiu que o número de estabelecimentos classificados como Agricultura Familiar sofreu redução de 9,5% no país, quando comparado ao Censo de 2006. Os dados ratificam a fala do entrevistado 4, uma vez que o segmento perdeu um contingente de 2,2 milhões de trabalhadores em contraponto com a agricultura não familiar, onde houve a criação de 702 mil postos de trabalho. A falta de renda satisfatória e a ausência de políticas públicas são os fatores mais relevantes para a tomada de decisão dos jovens no processo de sucessão geracional na Agricultura Familiar (FOGUESATTO, 2016).

Além das dificuldades citadas anteriormente, a área técnica, conforme o entrevistado 5, considerou o descumprimento da legislação, a variação dos preços e a longa tramitação das chamadas públicas como as principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares. Também foram citados o critério de seleção dos fornecedores e a metodologia para definição dos preços a serem pagos.

Na parte do PNAE nas escolas estaduais, há ainda grande desconhecimento da legislação por parte dos gestores das escolas, resultando em falta de prioridade ao tema (várias escolas não realizam chamada pública e não compram da Agricultura Familiar local), os preços também são muito diferentes entre escola. No PNAE municipal há um atraso inexplicável do processo dentro da prefeitura, a ponto de em dois anos, a Secretaria de Educação receber a chamada pública pronta em dezembro (faltando apenas a pesquisa de preços) e a publicação acontecer apenas em setembro e outubro do ano seguinte. No caso do PAA junto aos quartéis há duas dificuldades, são: o entendimento de que o preço a ser utilizado para a aquisição deve ser o da chamada pública e não o menor preço (como eles fazem) e a dificuldade de fiscalizar/monitorar se de fato estão comprando o equivalente aos 30% da demanda de alimento praticada. Outra questão a ser ressaltada é a qualidade na pesquisa de preços, garantindo uma referência clara na composição dos preços da agricultura familiar (e as demais) também tem sido um problema (ENTREVISTADO 5).

Neste sentido, em relação ao PAA, o estudo observou, conforme relato dos entrevistados e a análise documental das chamadas públicas, que a Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003 e suas atualizações têm sido interpretada de modo mais favorável ao Estado, gerando economia aos cofres públicos ao utilizar o critério menor preço para a efetivação dos contratos, embora a Lei tenha preterido a licitação convencional, onde há, entre outras, a disputa pelo menor preço, e adotada a chamada pública, onde o que deve prevalecer são os preços preestabelecidos através de pesquisas regulamentadas, bem como critérios claros e objetivos para definir os projetos prioritários para a efetivação dos contratos dela advindos.

Desse modo, as aquisições são realizadas através de chamadas públicas. Para produtos orgânicos ou agroecológicos, caso não haja três fornecedores locais para compor a pesquisa de preço, poderá haver o acréscimo em até 30% do valor do produto em relação ao preço dos produtos convencionais. Por outro lado, o entrevistado 5 observa que falta disposição por parte dos agricultores para maior diversificação da produção, destaca a falta de mão de obra e chama atenção para um fator que vem dificultando o planejamento dos agricultores, do seguinte modo:

O atraso entre a divulgação das chamadas e o início efetivo das compras é outro fator que merece atenção, isso vem dificultando o planejamento de produção por parte dos agricultores. Por outro lado, nota-se uma certa falta de disposição para a diversificação de produtos menos comuns, associados ao envelhecimento e dificuldade de mão de obra de parte dos agricultores familiares, além da dificuldade de mecanização de parte dos processos (ENTREVISTADO 5).

O presente estudo também constatou as dificuldades enfrentadas pelos gestores públicos que buscam fomentar o PAA e o PNAE no município. Para o entrevistado 6, os trâmites administrativos e a escassez de recursos públicos, em conjunto com as peculiaridades do município, causam dificuldades que colocam em lados opostos o que a Lei disciplinou, buscando assegurar renda ao agricultor familiar e a insuficiência de meios para desenvolver o PNAE da maneira prevista.

Considerando que os valores repassados através do PNAE, no mínimo 30% devem ser investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar a fim de favorecer o desenvolvimento local, buscando unir promoção à saúde com a sustentabilidade ambiental, social, econômica e cultural (PEDRAZA et al., 2018), a realidade do município está dividida entre a necessidade de investimentos a maior e a burocracia “necessária” à consecução da chamada pública para aquisição de alimentos da Agricultura Familiar, conforme relatou o entrevistado 6:

A chamada pública leva de 8 a 10 meses de trâmites administrativos até conseguirmos efetivar a compra da agricultura familiar, o recurso vinculado do PNAE hoje corresponde a somente 30% do investimento na alimentação escolar municipal, dentro do valor repassado pelo governo federal não conseguiríamos atender todas as demandas do programa (ENTREVISTADO 6).

Por outro lado, a fala do entrevistado 6 revela que o município sofre com problemas de abastecimento de água, impondo limitações aos agricultores. Para superar esses problemas, os gestores necessitam refazer os processos administrativos para comprar alimentos não perecíveis de cooperativas de outros municípios.

Além da burocracia de cada setor, existe também as limitações dos produtores, no ano passado empenhamos bastante coisa[...] houve problemas com abastecimento de água e alguns agricultores não puderam cumprir com os pedidos. Conseguimos aumentar o percentual comprando não perecíveis de cooperativas de outros municípios (ENTREVISTADO 6).

O entrevistado 6 relata ainda que as dificuldades enfrentadas são muitas, tais como falta de recursos suficientes para melhor atender os custos dos agricultores, o universo de alunos matriculados em escolas rurais e a logística deficiente, conforme fala:

Temos em média 5.300 alunos na rede municipal de ensino e um terço está matriculado nas escolas rurais, temos mais escolas rurais do que urbanas. Essa é uma realidade do município que deve ser explorada e levada em consideração para discutirmos a execução da compra da agricultura familiar no município. No montante a ser comprado o quantitativo é alto, mas quando divide nas escolas fica pingado aí os agricultores não se interessam. A logística é péssima. Nem a prefeitura nem os agricultores têm condições de atender a demanda do município em quantidade e número de escolas atendidas. Esse ano não solicitamos que adicionassem no valor a logística porque não temos recursos para realizar. Temos 5 escolas uni docentes onde o professor é o único funcionário e mora na escola vindo para cidade a cada 15 dias. Temos uma Fiorino que está muito estragada e dois funcionários para a distribuição e temos mais de 50 escolas, tem escola que fica a mais de 100 km do depósito (ENTREVISTADO 6).

Apesar das dificuldades mencionadas, o entrevistado 6 ressalta que o município não está inerte aos obstáculos e tem buscado alternativas de fomento.

Tem muito a ser desenvolvido, sinto que a compra da agricultura familiar está engatinhando e com uma evolução bem lenta. Dos dois lados é necessário orientação técnica e investimento. Já pensamos num centro de distribuição, mas o investimento é enorme, teria que ser um projeto de várias secretarias (ENTREVISTADO 6).

O entrevistado 7 enfatizou aspectos relativos ao conhecimento burocrático como principais dificuldades para implementar o PAA em Santana do Livramento.

Falta de conhecimento dos produtores rurais, no que diz respeito ao procedimento da licitação (conhecimento da legislação, edital, critérios de habilitação, entre outros). Como aspecto negativo, cabe informar que devido Santana do Livramento estar geograficamente afastado dos grandes centros, isso pode ser um fator que influencia na capacidade intelectual dos produtores para ingressarem nos procedimentos licitatórios (ENTREVISTADO 7).

Este estudo constatou ainda que, no ano de 2020, as escolas estaduais não realizaram de modo individual a chamada pública, ficando a cargo da 19ª Coordenadoria Regional de Educação esta atribuição. O entrevistado 8 relatou as dificuldades do seguinte modo:

Em Santana do Livramento, as principais dificuldades são: obter ofertas necessárias da agricultura familiar para as 25 (vinte e cinco) escolas estaduais santanenses, falta de máquina de cartão para o pagamento dos produtores familiares e a entrega dos produtos da agricultura familiar em escolas de longa distância, especialmente as 5 (cinco) escolas rurais (ENTREVISTADO 8).

O entrevistado 8 relatou também que, para alguns produtos, não houve agricultores interessados, sendo necessário fazer nova chamada pública.

Em algumas situações, no processo da chamada pública não houve produtores interessados em alguns produtos. Nesse caso, a escola precisou fazer uma nova chamada pública com aqueles produtos que não tiveram interessados e, através da Emater, buscar os fornecedores que produzem aqueles produtos específicos (ENTREVISTADO 8).

Quanto a dificuldades de execução do contratado, o entrevistado 8 relatou que a escola pode aumentar em até 25% a quantidade de produtos em outros contratos quando ocorre algum imprevisto que impossibilite a entrega dos gêneros ofertados nos projetos, conforme destacou:

Quando o produtor participou da chamada pública e formalizou sua oferta mediante o projeto de venda de determinados produtos e quantidades, mas no momento da entrega não teve condições de disponibilizar os alimentos, por alguma eventualidade como perda da lavoura por questões climáticas ou de pragas, por exemplo, a escola pode aumentar a aquisição dos produtos dos outros fornecedores contratados, com um aditivo de 25% do valor do contrato (ENTREVISTADO 8).

Quanto ao não cumprimento dos 30% exigidos por Lei, o entrevistado 8 esclarece que varia dentro de cada chamada pública realizada pelas escolas, e normalmente o percentual não é alcançado devido à falta de oferta da agricultura familiar.

[...] depende a cada chamada pública. Todas as escolas buscam cumprir o mínimo dos 30% dos valores do PNAE com a agricultura familiar. Quando a escola não atinge 30%, ela deve justificar. Na grande maioria dos casos, as escolas argumentam que houve falta de oferta da agricultura familiar (ENTREVISTADO 8).

A próxima seção, trata das principais oportunidades geradas pelos programas, os quais impactam diretamente na realidade dos agricultores familiares.

Oportunidades geradas pelos programas PAA e PNAE e impactos à realidade dos agricultores familiares em Santana do Livramento (RS)

Para o entrevistado 9, o programa PAA, além de gerar várias oportunidades para os agricultores, possui ações concretas de combate à fome e à insegurança alimentar, conforme evidenciado em sua fala:

O mercado institucional, é uma alternativa para escoamento da produção excedente, além de um estímulo para produção local; incentivo à participação de mulheres agricultoras nos projetos do PAA, garantia de preços em períodos de entressafra; incentivo ao associativismo e cooperativismo; incentivo à capacitação e organização dos agricultores familiares para produção com escalonamento, diminuindo custos e otimizando a mão de obra familiar; abastecimento social, com ações concretas de combate à fome e à insegurança alimentar, pois os alimentos adquiridos dos agricultores familiares são doados à instituições da rede socioassistencial preferencialmente local, entre vários outros pontos positivos (ENTREVISTADO 9).

Corroborando com a fala do entrevistado 9, a seguir estão apresentadas as aquisições realizadas pelo PAA no ano de 2020, em Santana de Livramento, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Aquisição com doação simultânea PAA

Organização Fornecedora	Data de vencimento	Situação	Valor formalizado	Valor Executado	Entidade Consumidora	Município
Cooperfort	Set 2021	Em execução com entrega	R\$ 272.215,90	R\$173.613,91	Mesa Brasil	Santa Maria

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados da CONAB.

Conforme Quadro 1, elaborado com os dados disponíveis no site da Conab, no ano de 2020, foi aprovado o projeto Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Ltda, com o valor formalizado total de R\$ 272.215,90. A entidade consumidora é o programa Mesa Brasil-Sesc, sediado em Santa Maria (RS), mas que apoia vários outros municípios. Até a data pesquisada, abril de 2021, executou o valor total de R\$ 173.613,91, evidenciando que o Estado tem gerado oportunidades aos agricultores familiares suas organizações e aos beneficiários consumidores, conforme relatou o entrevistado 4:

O projeto é do Sesc Santa Maria, entregamos toda a terça, mas o Sesc tem em vários municípios e aí teve momentos que eles disseram que a entrega deveria ser em Alegrete, através do Sesc de Alegrete [...] nós levamos o produto até o Sesc e eles entregam, também entregamos em Santana do Livramento, temos fotos e as quantidades de produtos entregues[...]está bom? (ENTREVISTADO 4).

O entrevistado 9 destacou ainda que o PAA complementa a renda dos agricultores familiares e garante preços justos, conforme fala:

Muitos estudos já comprovaram que o PAA contribui de forma significativa para a complementação de renda aos agricultores familiares participantes. Além disso, estimula a produção de alimentos de forma diversificada, contemplando produtos locais e regionais relacionados à cultura local e garante a comercialização por preços justos (ENTREVISTADO 9).

O entrevistado 5 salientou que existem oportunidades potenciais que podem impactar e até transformar a realidade dos agricultores familiares. Em Santana do Livramento, já é possível certificar os produtos orgânicos, isso agrega valor ao produto mais saudável, e também foram inauguradas várias agroindústrias, entre outras ações destacadas, conforme a seguir:

Nos últimos anos alcançamos importantes conquistas [...] conseguimos apoiar a formação do Organismo de Controle Social (OCS) Agroecológica Pampa, Terra e Fronteira dos agricultores familiares Santanenses, registrada junto ao MAPA, acesso a insumos agroecológicos caseiros ou comprados fora do município, incentivo a plasticultura a fim de ampliar a época de plantio e melhoramento da qualidade da produção de hortaliças, sistema de irrigação, principalmente gotejamento. Apoio à legalização de várias agroindústrias familiares. Em 2020, foi inaugurada a agroindústria de produção de mandioca descascada e feijão miúdo debulhado de produção orgânica, primeira na região. Incentivo à realização de chamada pública conjunta para as escolas estaduais tendo o apoio inicial do setor de nutrição da Secretaria de Educação do estado (ENTREVISTADO 5).

Conforme o entrevistado 7, “as oportunidades se resumem ao fomento da produção local e o desenvolvimento regional, bem como a aquisição de um produto mais saudável”. Para o entrevistado 6, existem oportunidades aos agricultores familiares que podem ser mais bem aproveitadas, conforme fala:

[...] caso houvesse maior oferta de produtos, haveria condições de aumentar as aquisições em 100%, o recurso do PNAE pode ser totalmente utilizado na aquisição de produtos da Agricultura Familiar. O município consegue suprir a demanda de gêneros alimentícios destinado à merenda escolar através da agricultura familiar apenas em partes, pois temos um limitante que é o valor de contrato (ENTREVISTADO 6).

O entrevistado 6 ressaltou também os pontos positivos. Dentre eles, os principais são a oferta de alimentos de melhor qualidade e o aumento do desenvolvimento dos agricultores familiares e seus empreendimentos. Para o entrevistado 8, as oportunidades para os agricultores familiares e suas organizações também estão no preço justo e na forma de pagamento, conforme abaixo:

Os valores dos produtos da Chamada Pública são originários de uma pesquisa de preço, na qual é feita uma tomada de preço com três fornecedores por produto e, posteriormente, é

feita a média por produto. Este preço é o fixo a ser pago pela escola. O pagamento ocorre no momento da entrega dos produtos via cartão ou link online. As escolas são orientadas que o pagamento deve ocorrer no mesmo dia que consta no termo de recebimento e da nota fiscal. Claro, que problemas com máquina de cartão podem acontecer. Nesses casos, é avaliada a situação, buscando sempre o pagamento imediato ao produtor (ENTREVISTADO 8).

O entrevistado 8 destacou que existe boa oportunidade de desenvolvimento das famílias através da participação nos programas do Estado, do seguinte modo:

[...]caso houvesse maior oferta de produtos, haveria condições de aumentar as aquisições, a demanda das escolas é grande. às vezes, algumas escolas não atingem os 30% pela falta de oferta da agricultura familiar [...] acredito que através do PNAE há uma grande demanda por gêneros alimentícios aos agricultores familiares [...] vejo sim nos programas do Estado uma oportunidade de desenvolvimento através da participação das famílias que se dedicam à agricultura (ENTREVISTADO 8).

Para o entrevistado 4, os programas geram oportunidades de cooperativismo no seguinte sentido:

Agrega muito, pois sem estes programas não seria possível a venda da produção dos sócios a cooperativa além de pequenas feiras feitas semanalmente por alguns grupos de produtores. Os programas têm proporcionado ainda a aproximação dos sócios junto a cooperativa que presta muitos serviços para os produtores tendo a reciprocidade do produtor (ENTREVISTADO 4).

Desta forma, as principais oportunidades geradas pelo PAA e PNAE foram geração de empregos e de renda, por meio da produção, bem como o fato de que há demanda maior do que a oferta, oportunidade de expansão deste mercado. A seção seguinte apresenta uma síntese das principais contribuições deste estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo analisar a participação dos agricultores familiares e dos gestores públicos no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no município de Santana do Livramento. A participação dos agricultores familiares ocorre principalmente com o auxílio da associação de agricultores, através da COOPERFORT e com o apoio da Emater-Ascar municipal em todas as etapas, da produção até a elaboração dos projetos de venda. Em relação aos gestores públicos, foi possível verificar que as participações ocorrem por força de Lei, e os programas são executados com muito zelo, porém, com oportunidade de melhoria quanto aos trâmites burocráticos, como celeridade no período entre aquisição e pagamento dos produtos, para ajudar as famílias a obterem uma renda básica para custeio logístico até o recebimento do restante do pagamento.



As principais dificuldades dos agricultores familiares estão relacionadas principalmente à burocracia para a elaboração dos projetos de venda, ao tempo excessivo de tramitação da chamada pública municipal, à distância para a entrega dos alimentos, à forma de disputa pelos contratos de fornecimento adotados pelas unidades do Exército local, relativo ao PAA, que prioriza o menor preço, à falta de planejamento adequado das escolas, que já deixaram para receber todos os produtos na última semana do ano, a estradas em más condições, à falta de mão de obra e à dificuldade de acesso ao crédito por parte do agricultor individual.

Em relação aos gestores, foram identificados os seguintes desafios em fomentar o PAA e o PNAE no município: trâmites administrativos da chamada pública, que leva de 8 a 10 meses até a efetivação da compra, insuficiência de recursos, limitações dos produtores que não suprem as demandas por completo, sendo necessário recorrer a cooperativas de outros municípios, número elevado de escolas rurais, péssima logística, com escolas distantes até 100 km do centro de distribuição e o desinteresse dos produtores para alguns produtos. Também foi mencionada a falta de conhecimento dos produtores rurais no que diz respeito ao procedimento da chamada pública e ao afastamento geográfico de Santana do Livramento dos grandes centros.

Os programas geram importantes oportunidades, conseqüentemente impactam a realidade dos agricultores familiares, sendo possível destacar a geração de empregos, a venda com recebimento à vista ou de curto prazo e a demanda maior do que a oferta. Este último fator permite a expansão da produção, a aproximação dos sócios com a cooperativa e associação, gerando benefícios recíprocos, a certificação de produtos orgânicos e a legalização de agroindústrias.

Durante a pesquisa, verificou-se que as condições de desenvolvimento dos programas no município são adequadas, porém ainda há muito a ser melhorado, por parte do Estado, dos gestores e dos produtores, para que o PAA e o PNAE alcancem o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares.

Ainda, as principais contribuições práticas deste trabalho são emergir questões importantes como o entendimento da necessidade de maior divulgação das chamadas públicas para aquisição de produtos; simplificação na burocracia para dar celeridade e evitar perdas com alimentos de baixa durabilidade; e elaboração de políticas para estimular o associativismo e cooperativismo, uma vez que essas formas de organização fortalecem os agricultores familiares, com maior conhecimento, acesso a crédito e redução nos custos de armazenamento e logística.

Cabe ressaltar ainda que o estudo realizado reflete um contexto em particular, não sendo possível generalizar seus resultados para demais localidades, porém podem servir de exemplo para

estudos futuros e aplicações em contexto semelhante. Para pesquisas futuras, sugere-se maior amostra dentro do universo de respondentes, principalmente em relação aos agricultores familiares e à abordagem quantitativa em complemento à qualitativa.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Joacir Rufino de; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 56, n. 1, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BIANCHINI, Valter. Vinte anos do PRONAF, 1995-2015: avanços e desafios. Brasília: SAF/MDA, 2015.

_____. Decreto nº 7.775 de 04 de Julho de 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 Jul.2012. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/D7775.htm>. Acesso em: 10 nov. 2020

_____. Lei nº 10.696, de 24 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 02 Jul. 2003. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.696.htm>. Acesso em: 26 set. 2020.

_____. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 Jul.2006. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/L11326.htm>. Acesso em: 26 set. 2020.

_____. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis n os 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória n o 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei n o 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 Jun.2009. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/L11947.htm>. Acesso em: 26 set. 2020.

CARVALHO, Paulo Roberto; BECKER, Cláudio; NESKE, Márcio Zamboni. Avanços e recuos na Execução do programa de aquisição de alimentos (PAA): comparando as experiências de Lajeado/RS e Santana do livramento/RS. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 11, 2019.



COMPANHIA NACIONAL DO ABASTECIMENTO. Agricultura Familiar – PAANet. Disponível em: <<https://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=consultarCPRMunicipio&novaConsulta=true>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

CUPSINSKI, Tauana Chimello et al. Agricultura Familiar: Uma perspectiva de crescimento e de desenvolvimento em Santana do Livramento/Rs. **A Economia e o Turismo: Observando Novas Realidades**, v.1. 6, 2018.

DA CUNHA, Wellington Alvim; DE FREITAS, Alan Ferreira; SALGADO, Rafael Junior dos Santos Figueiredo. Efeitos dos Programas Governamentais de Aquisição de Alimentos para a Agricultura Familiar em Espera Feliz, MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 55, n. 3, 2019.

DE CAMARGO, Regina Aparecida Leite; BACCARIN, José Giacomo; DA SILVA, Denise Boito Pereira. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. **Temas de Administração Pública**, v. 8, n. 2, 2013.

DE SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira; BERGAMASCO, Sonia M. Pessoa Pereira. Políticas públicas para a agricultura familiar brasileira: um estudo sobre o Pronaf nos municípios do circuito das Frutas-SP. **Extensão Rural**, v. 22, n. 1, 2015.

DIAS, Thiago Ferreira; DE OLIVEIRA, Erysson Faustino. Agricultura Familiar, Políticas Públicas e Mercados Institucionais: uma Análise Exploratória do Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE no Rio Grande do Norte. **HOLOS**, v. 5, 2019.

ELIAS, L. de P.; BELIK, W.; CUNHA, M. P. da .; GUILHOTO, J. J. M. Impactos socioeconômicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar na agricultura familiar de Santa Catarina. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 2, 2019.

FERREIRA, Ana Beatriz Faccio et al. As distintas formas e estratégias de reprodução social da agricultura familiar brasileira: o caso da fronteira oeste do Rio Grande do Sul. In: **5º Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica (SICT)**. 2016.

FERRON, Jeferson da Luz et al. Estratégias de reprodução social dos agricultores familiares assentados em Santana do Livramento/RS. 2019. **Dissertação** (Mestrado). Universidade Federal do Pampa, MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO, 2019.

FOGUESATTO, Cristian Rogério et al. Fatores relevantes para a tomada de decisão dos jovens no processo de sucessão geracional na agricultura familiar. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 37, n. 130, 2016.

FORNAZIER, Armando; BELIK, Walter. Articulação entre políticas de compras governamentais da agricultura familiar e políticas territoriais. **Planejamento e Políticas Públicas (PPP)**, n. 52, 2019.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Programa**



Nacional de Alimentação Escolar. Disponível

em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae>>. Acesso: 20 abr. 2021.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Qual " fortalecimento " da agricultura familiar?: uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 1, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HANDCOCK, M. S.; GILE, K. J. On the Concept of Snowball Sampling. **Sociological Methodology**, v. 41, n. 1, p. 367-371, 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário Municipal**. 2017. Disponível em: <<https://mapasinterativos.ibge.gov.br/agrocompara/>> . Acesso em: 25 mar. 2021

KAUARK, Fabiana; MANHÃES, Fernanda Castro.; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa: guia prático** – Itabuna: Via Litterarum, 2010.

LIMA, Antônia Francisca; DE ASSIS SILVA, Edvânia Gomes; DE FREITAS IWATA, Bruna. Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. **Retratos de Assentamentos**, v. 22, n. 1, 2019.

LIRA, Bruno Carneiro. O passo a passo do trabalho científico. Petrópolis, RJ: **Vozes**, 2014.

MATTE, Alessandra et al. Agricultura familiar e desenvolvimento rural: cenários contemporâneos e questões em debate. **Revista Grifos**, v. 31, n. 57, p. 01-09, 2022.

MINAYO, Marília Cecília de Souza; GOMES, Romeu; DESLANDES, Sueli Ferreira. Pesquisa Social: **teoria, método e criatividade**. 28 Ed Vozes, 2009.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo, **Plano safra da agricultura familiar 2020/2021: O florescer de uma nova colheita**, Brasília, DF, 2020. Disponível em:

<<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/campanhas/plano-safra>>. Acesso em: 03 de out. 2020.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social, **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Compra Institucional**, Brasília, DF, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-productiva-rural/paa/paa-compra-institucional>>. Acesso em: 04 de out 2020.

MIRANDA, Dayana Lilian Rosa e GOMES, Bruno Martins Augusto. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: Trajetórias e desafios no Vale do Ribeira, Brasil. **Sociedade & Natureza**, vol.28, n.3, 2016.



PEDRAZA, Dixis Figueroa et al. Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar: revisão da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, 2018.

QUIJADA, Denis William; CAVICHIOLI, Fabio Alexandre; SOARES, Natália Maria Influência das políticas públicas na agricultura familiar. **Revista Interface Tecnológica**, v. 17, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://revista.fatectq.edu.br/index.php/interfacetecnologica/article/view/751>>. Acesso em: 28 set. 2020.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 31, n. 2, 2014.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

STAKE, Robert E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Penso Editora, 2016.

TROIAN, Alessandra; BREITENBACH, Raquel. Estratégias e formas de reprodução social na agricultura familiar da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. **Novos Cadernos NAEA**, v. 21, n. 1, 2018.

_____, Alessandra; BREINTENBACH, Raquel. O Programa Nacional de Alimentação Escolar em Santana do Livramento (RS): Desafios para a Adequação à Lei dos 30%. **Redes** (St. Cruz Sul, Online), v. 25, n. 2, 2020.

_____, Alexandre et al. Desempenho dos municípios do Rio Grande do Sul na execução dos recursos do PNAE com a agricultura familiar. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, n. 3, 2020.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatório de Pesquisa em Administração**. 14. São Paulo: Ed. Atlas, 2013.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: Planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

